

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

É com muita satisfação que apresentamos aos Senhores Acionistas o Relatório de Administração da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007.

1. CONTEXTO DOS NEGÓCIOS E ATIVIDADES

NOSSAS ATIVIDADES

A OHL Brasil é a maior operadora de rodovias no país em quilômetros administrados, com 3.225 km localizados no principal eixo econômico do país e que possui elevada densidade demográfica.

Antes dos Leilões de Rodovias Federais promovidos em outubro de 2007 pela ANTT, detínhamos 100% do capital de 4 concessionárias (Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte), todas localizadas no Estado de São Paulo, numa extensão de 1.147 km e com prazos remanescentes de concessão entre 11 e 21 anos.

Com a vitória em todos os 5 leilões em que participamos, dos 7 lotes leiloados, passamos a administrar ao todo 9 rodovias no Brasil, correspondendo a aproximadamente 26% do total de quilômetros sob concessão no país. Ao mesmo tempo, elevamos de 14 anos para 20 anos o prazo médio de nossa carteira de concessões.

Além das concessionárias, detemos 100% da SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A.; 100% das construtoras Latina Manutenção de Rodovias Ltda. e Paulista Infra-Estrutura Ltda, sociedades para fiscalização, gerenciamento de obras e manutenção de rodovias; e 4,68% da STP – Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., sociedade que tem o propósito de desenvolver negócios relacionados com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio, em âmbito nacional.

Nossa estratégia de crescimento prevê a participação em processos de licitação de novas concessões de infra-estrutura na área de transportes, a participação em processos de PPP (Parcerias Público-Privadas), assim como a possibilidade de aquisição de outras concessionárias já existentes.

MERCADO

Os programas de concessões de rodovias iniciaram-se a partir de 1994, quando os governos federais e estaduais estabeleceram programas com o propósito de evitar a deterioração das rodovias e promover o crescimento e melhoria da malha rodoviária, através de investimentos da iniciativa privada.

Os investimentos em modernização e ampliação da malha rodoviária afetada por estes programas são realizados com recursos provindos da cobrança de pedágios e de financiamentos de longo prazo - *Project Finance* - concedidos por bancos de fomento e bancos comerciais nacionais e estrangeiros, conjuntamente com aportes de capital realizados pelos acionistas das concessionárias.

Atualmente no Brasil existem 43 concessões rodoviárias entre estaduais e federais, com aproximadamente 13.000 km administrados pela iniciativa privada, já considerando o último leilão realizado pela ANTT em outubro de 2007.

O Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Transportes e da ARTESP deverá promover um novo Programa de Concessões de Rodovias Estaduais. O Governo pretende conceder 5 lotes, totalizando 1.500 km. Tais rodovias são Dom Pedro I, Ayrton Senna/Carvalho Pinto, Raposo Tavares e Marechal Rondon (dividida em trecho leste e oeste). O sistema de concessão escolhido é o da outorga fixa com disputa pela menor tarifa. O edital deve sair entre final de fevereiro e começo de março. Os contratos devem ser assinados em julho e as concessões serão de 30 anos.

O Governo de Minas Gerais por meio do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), apresentou ao mercado 16 lotes totalizando 7.000 km de rodovias para serem licitadas no segundo semestre de 2008. Diferentemente do já praticado nos últimos projetos em São Paulo e Federal, o governo mineiro não definiu o modelo de concessão, deixando em aberto a possibilidade de concessão comum ou através de Parceria Público-Privada.

Adicionalmente, o Governo Federal demonstrou interesse em promover a terceira etapa de concessões de rodovias federais. Tal programa concederia a iniciativa privada outros 4.059 km de estradas, divididos em duas fases que permanecem em estudos pelo Governo, que por sua vez pretende finalizar todo o processo ainda em 2008.

Antes disso, espera-se que até maio deste ano seja publicado o edital de uma rodovia federal na Bahia, BR-116 e BR-324, somando 637 km e prazo de 25 anos.

Deste modo, podemos concluir que o setor de concessões rodoviárias no país vive um importante momento de expansão, uma vez que aproximadamente 12.000 km deverão passar para administração privada, praticamente dobrando a atual extensão de rodovias concedida pelo poder público.

2. CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2007 foi marcado por uma série de turbulências nos mercados financeiros internacionais. A crise imobiliária norte-americana, principalmente no crédito ao segmento de alto de risco, que gerou relevantes perdas para grandes instituições financeiras internacionais e trouxe certo temor quanto ao desempenho futuro da economia mundial.

Entretanto, a economia brasileira seguiu apresentando crescimento pelo 15º ano consecutivo, desta vez impulsionada pelo aquecimento da demanda interna, respondendo principalmente a expansão da massa salarial nos diversos segmentos da economia e ao avanço no mercado de crédito nacional. Além disso, dados referentes a investimentos sugerem consistência no atual processo de crescimento econômico. Em 2007 o crescimento do PIB foi de 5,4%, contra 3,8% em 2006 e uma média de 3,0% entre 1993 e 2005. As expectativas de mercado apontam para uma expansão de 4,5% em 2008.

O controle inflacionário permitiu novos cortes da taxa básica de juros – SELIC, que encerrou o ano de 2007 em 11,25%a.a., inferior aos 13,25%a.a. do final de 2006. A inflação em 2007 medida pelo IPCA/IBGE, foi de 4,6% ante 3,1% em 2006. Já segundo o IGP-M/FGV, os preços avançaram 7,8% em 2007 (3,8% em 2006). Lembramos que o IGP-M é o índice de inflação que corrige as tarifas de pedágio em nossas concessões do estado de São Paulo e o IPCA será o indexador das tarifas nas rodovias federais que passaram a ser administradas pela OHL Brasil.

3. FATOS RELEVANTES SOBRE NOSSOS RESULTADOS

A evolução dos nossos negócios está diretamente atrelado ao contexto da economia brasileira, já que o volume do tráfego rodoviário historicamente se relaciona muito com o crescimento econômico do país.

O tráfego em nossas rodovias apresentou em 2007 um crescimento de 8,6%, valor acima tanto do PIB de 2007, que deverá ser de aproximadamente 5%, quanto do tráfego de veículos no conjunto de concessões brasileiras, que subiu 6,2% segundo a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR.

Adicionalmente ao crescimento de tráfego, outros aspectos influenciaram significativamente o resultado de nossos negócios em 2007:

- (i) o reajuste de tarifas de pedágio das concessões do estado de São Paulo de 4,4% em 1º de julho de 2007;
- (ii) incorporação dos resultados de 12 meses de operação da concessionária Vianorte S.A., ante apenas 1 mês em 2006;
- (iii) Implantação de nova praça de pedágio na concessionária Autovias (Praça de Santa Rita), em julho de 2007.

4. CONTRATAÇÃO DE FORMADOR DE MERCADO (“MARKET MAKER”)

Em 22 de janeiro de 2007 contratamos a Ágora Sênior Corretora de Títulos e Valores Mobiliários como instituição Formadora de Mercado, o chamado “Market Maker”.

A contratação do “Market Maker” contribuiu para aumentar o volume negociado, melhorar a liquidez e reduzir a volatilidade de nossas ações no mercado, tendo em vista a política de preço de referencia do agente Formador de Mercado.

5. LEILÕES DE RODOVIAS FEDERAIS (2ª ETAPA DO PROGRAMA FEDERAL DE CONCESSÕES)

Em 9 de outubro de 2007 participamos da Sessão Pública de 7 Leilões de Rodovias Federais promovido pela ANTT na BOVESPA. Foram leiloados trechos de rodovias federais que totalizam 2.600,8 km, cujos vencedores foram licitantes que ofertaram a menor tarifa e que atendessem a todos os pré-requisitos técnicos, operacionais, organizacionais e financeiros. Dentre essas rodovias estão duas das mais importantes estradas brasileiras, a Fernão Dias, que liga Belo Horizonte-MG a São Paulo-SP, e a Régis Bittercourt, que conecta a capital paulista a Curitiba-PR.

Sagramos-nos vencedores das licitações referentes às concessões de todos os 5 lotes de rodovias que participamos:

- (i) Lote 02, entre a cidade de Curitiba e a divisa do estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (BR-116/PR e SC)
- (ii) Lote 04, entre a ponte Rio-Niteroi e a divisa do estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo (BR-101/RJ)
- (iii) Lote 05, rodovia Fernão Dias (BR-381/MG e SP)
- (iv) Lote 06, rodovia Régis Bittencourt (BR-116/SP e PR)
- (v) Lote 07, entre a cidade de Curitiba e Florianópolis (BR-116/376/PR e 101/SC)

Observadas as condições previstas em cada um dos editais de licitação e cumpridos os cronogramas neles constantes, as homologações dos contratos de concessões ocorreram em 13 de dezembro de 2007.

Após os Atos de Outorga em favor da OHL Brasil emitidos pela ANTT, em 14 de fevereiro de 2008, a Agência celebrou com as Sociedades de Propósito Específico (Concessionárias), criadas pela Companhia, os contratos de concessão concedendo o direito de explorar e controlar os trechos de Rodovias que compõe cada um dos lotes, pelo prazo de 25 anos.

Essenciais para a melhoria da infra-estrutura viária brasileira, os investimentos nessas rodovias serão destinados à realização de obras e implementação de serviços ao longo desses corredores que unem os mais importantes pólos econômicos do Brasil. Os

investimentos terão reflexo direto na qualidade do transporte rodoviário brasileiro, vital para a competitividade do País, com a melhoria das rodovias nos aspectos de segurança, rapidez, economia e conforto.

Cumpridas estas metas, pretendemos obter, nas novas concessões, os mesmos índices de aprovação (94%) verificados entre os usuários das nossas rodovias no nordeste paulista.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

ASPECTOS GERAIS

Em 2007, realizamos uma receita líquida de R\$615,8 milhões, um EBITDA Ajustado de R\$382 milhões e um lucro líquido de R\$74,9 milhões, contra R\$430,3 milhões, R\$277,5 milhões e R\$99,4 milhões em 2006, respectivamente. Estes valores representam variações de +43,1%, +37,7% e -24,7%, respectivamente.

RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, a receita bruta de serviços aumentou 43,2%, passando para R\$675 milhões em 2007, de R\$471,3 milhões em 2006. Caso a aquisição da Vianorte tivesse ocorrido em 01/01/2006, a receita bruta teria aumentado 13,2%.

A tabela a seguir apresenta a evolução de nossa receita bruta de serviços, assim como a contribuição de cada uma de nossas Concessionárias no total de receita bruta de pedágios auferida em cada exercício.

Receita Bruta (R\$ mil)	2007	2006	Var. 07/06
Receita Pedágios	667.329	465.634	43,3%
Autovias	162.489	131.091	24,0%
Centrovias	151.887	137.006	10,9%
Intervias	198.123	184.879	7,2%
Vianorte	154.830	12.658	1123,2% *
Receitas Acessórias	7.660	5.697	34,5%
Total Geral	674.989	471.331	43,2%

* vide nota (iv) abaixo.

O incremento de R\$203,7 milhões em relação a 2006 deu-se pelos seguintes fatores:

- (i) R\$31,4 milhões resultaram do crescimento de 53,2% no tráfego e -19,1% na tarifa média da Autovias;
- (ii) R\$14,9 milhões resultaram do crescimento de 8,4% no tráfego e 2,3% na tarifa média da Centrovias;

- (iii) R\$13,2 milhões resultaram do crescimento de 5,6% no tráfego e 1,5% na tarifa média da Intervias;
- (iv) R\$142,2 milhões resultaram da incorporação dos resultados de 12 meses da Vianorte em 2007, contra apenas o mês de dezembro de 2006, nos resultados do exercício de 2006;
- (v) R\$2 milhões resultaram do aumento de 34,5% nas receitas acessórias.

Em 1º de julho de 2007, a concessionária Autovias iniciou a operação da nova praça de pedágio de Santa Rita. Esta praça de pedágio foi um “desdobramento” da praça de pedágio de São Simão, portanto, a tarifa que era praticada na praça de São Simão foi reduzida pela metade e a outra metade passou a ser cobrada na praça de Santa Rita, ocorrendo assim uma redução da tarifa média na Autovias a partir do 3T07, apesar do aumento no tráfego pedagiado.

Adicionalmente, informamos que o tráfego na concessionária Vianorte cresceu 5,8% em termos “*pró-forma*” em 2007 contra 2006, considerando sua aquisição em 01/01/2006.

DEDUÇÕES DOS SERVIÇOS PRESTADOS E RECEITA LÍQUIDA

Nossa receita líquida de serviços aumentou 43,1%, passando de R\$430,3 milhões em 2006 para R\$615,8 milhões em 2007. Caso a aquisição da Vianorte tivesse ocorrido em 01/01/2006, a receita líquida teria aumentado 13,1%.

A tabela seguinte apresenta de forma detalhada nossa receita líquida de serviços por concessionária.

Receita Líquida de Serviços (R\$ mil)	2007	2006	Var. 07/06
Autovias	149.677	120.778	23,9%
Centrovias	139.809	126.487	10,5%
Intervias	183.650	171.451	7,1%
Vianorte	142.677	11.619	1128,0%
Total Geral	615.813	430.335	43,1%

Os tributos incidentes sobre nossa receita bruta de serviços aumentaram 44,3%, passando de R\$41 milhões no exercício de 2006 para R\$59,2 milhões no exercício de 2007. Como percentual da receita bruta de serviços, tais tributos representaram 8,7% da receita bruta de serviços em 2007.

CUSTOS TOTAIS

Os custos totais (custo dos serviços prestados somados às despesas gerais, administrativas e tributárias) cresceram 50,4%, ou R\$130,3 milhões, em 2007 comparado a 2006. Considerando a aquisição da Vianorte em 01/01/2006, os custos totais teriam aumentado 11,7%.

Custos Totais* (R\$ mil)	2007	2006	Var. 07/06	2006 Pró-Forma	Var. 07/06 Pró-Forma
Pessoal	(54.693)	(41.255)	32,6%	(50.599)	8,1%
Serv. Terc, Conserv. Rotina e Outros	(107.432)	(75.443)	42,4%	(96.865)	10,9%
Depreciação e Amortizações	(162.379)	(112.633)	44,2%	(140.787)	15,3%
Amortização Ônus Fixo	(38.122)	(11.634)	227,7%	(38.085)	0,1%
Ônus Variável	(20.752)	(14.788)	40,3%	(18.536)	12,0%
Tributária	(5.563)	(2.844)	95,6%	(3.367)	65,2%
Total Geral	(388.941)	(258.597)	50,4%	(348.239)	11,7%

* Total de Custo dos Serviços Prestados, Despesas Gerais e Adm. incluindo remuneração do Conselho e da Diretoria e Despesas Tributárias
Pró-Forma: Considera a aquisição da Vianorte em 01/01/2006

O crescimento de R\$130,3 milhões nos custos totais deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- (i) R\$89,6 milhões resultaram da incorporação de 11 meses dos custos de 2006 na Vianorte para efeitos de comparação;
- (ii) R\$21,6 milhões resultaram da finalização de investimentos e conseqüente início da depreciação de diversas obras executadas em nossas concessionárias ao longo de 2007, principalmente na concessionária Vianorte;
- (iii) R\$4,1 milhões com gastos relacionados a Pessoal, decorrente principalmente do dissídio coletivo da categoria de 4% em março de 2007, do aumento do quadro de pessoal, das readequações salariais, de participação em lucros e resultados e rescisões contratuais ocorridas na Vianorte;
- (iv) R\$10,6 milhões com custos e despesas de serviços profissionais, de serviços de terceiros, conserva de rotina e outros, principalmente pelo reajuste de contratos ocorridos ao longo do exercício e pela entrada em operação da nova praça de pedágio na Autovias (Santa Rita);
- (v) R\$2,2 milhões resultaram do aumento do custo de ônus variável, devido ao aumento da receita bruta das concessionárias;
- (vi) R\$2,2 milhões pelo aumento em despesas tributárias basicamente pela despesa com CPMF em operações de financiamento na Autovias e Intervias.

RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Nossas despesas financeiras líquidas passaram de R\$35,6 milhões em 2006 para R\$97,3 milhões em 2007, um aumento de 173,7%. A tabela abaixo mostra a composição do resultado de nossas receitas (despesas) financeiras líquidas para os exercícios de 2007 e 2006:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2007	2006	Var. 07/06
Receitas Financeiras	11.895	17.940	-33,7%
Despesas Financeiras	(109.153)	(53.518)	104,0%
BNDES/CEF	(33.345)	(30.246)	10,2%
Outras Desp. Financeiras	(39.429)	(16.079)	145,2%
Atual. Monetária Ônus Fixo	(36.379)	(7.193)	405,8%
Variação Cambial Líquida	(66)	22	-400,0%
Total Geral	(97.324)	(35.556)	173,7%
% Receita Líquida	-15,8%	-8,3%	

O crescimento de R\$61,8 milhões em nossa despesa financeira líquida resultou dos seguintes fatores:

- (i) Redução de R\$6,0 milhões nas receitas financeiras consolidadas, resultante da diminuição do saldo de caixa do período e das taxas de remuneração das aplicações financeiras;
- (ii) Aumento de R\$12,1 milhões devido a incorporação de 11 meses de Vianorte e redução de R\$9,0 milhões pela amortização parcial da dívida junto ao BNDES/CEF, resultando em termos líquidos em aumento de R\$3,1 milhões;
- (iii) Aumento de R\$23,4 milhões nas outras despesas financeiras em virtude, principalmente, das despesas com juros do aumento do endividamento da companhia referente a aquisição da Vianorte;
- (iv) Crescimento de R\$29,2 milhões na atualização monetária do ônus fixo devido ao forte aumento da variação do IGP-M ao longo de 2007 comparado a 2006, principalmente nos dois últimos trimestres do exercício.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2007 o lucro líquido caiu 24,7%, de R\$99,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R\$74,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Abaixo destacamos os principais pontos que explicam tal redução no lucro:

- (i) Em 2006 tivemos uma provisão de crédito de imposto diferido no valor de R\$22,4 milhões relativo ao aproveitamento do ágio, já amortizado contabilmente, na compra das concessionárias Autovias, Centrovias e Intervias. Sem essa provisão em 2006 o lucro líquido em 2007 teria caído 2,8%;
- (ii) Outros fatores que contribuíram para a redução do lucro de líquido em 2007 foram o aumento das despesas com amortização e depreciação devido ao volume de novos investimentos; e despesas financeiras relacionadas com o aumento do endividamento da companhia e inflação média (IGP-M) no período.

EBITDA e EBITDA AJUSTADO

O EBITDA Ajustado aumentou em R\$104,5 milhões, ou 37,7%, passando para R\$382 milhões em 2007, de R\$277,5 milhões em 2006. Considerando a aquisição da Vianorte em 01/01/2006, o EBITDA Ajustado teria apresentado crescimento de 15,7%.

A tabela abaixo apresenta os cálculos do EBITDA e do EBITDA Ajustado:

EBITDA e EBITDA Ajustado (R\$ mil)	2007	2006	Var. 07/06	2006 Pró-Forma	Var. 07/06 Pró-Forma
Receita Líquida	615.813	430.335	43,1%	544.369	13,1%
Custos dos Serv. Prestados	(320.434)	(214.639)	49,3%	(292.647)	9,5%
Amort. e Depreciações	200.501	124.267	61,3%	178.871	12,1%
Outras receitas	84	168	-50,0%	168	-50,0%
Receitas (Despesas) Operacionais*	(67.922)	(43.958)	54,5%	(55.592)	22,2%
EBITDA	428.042	296.173	44,5%	375.169	14,1%
Ônus Fixo Pago	(46.057)	(18.688)	146,5%	(45.139)	2,0%
EBITDA Ajustado	381.985	277.485	37,7%	330.030	15,7%
Margem EBITDA Ajust.	62,0%	64,5%		60,6%	

* Despesas Gerais e Adm. incluindo remuneração do Conselho e da Diretoria, Despesas Tributárias e outras receitas operacionais
Pró-Forma: Considera a aquisição da Vianorte em 01/01/2006

Nossa margem EBITDA Ajustado em 2007 ficou em 62%, uma queda de 2,5 pontos percentuais comparado a 64,5% em 2006, devido principalmente a incorporação dos resultados da Vianorte, que apresentam margens inferiores as outras nossas concessionárias. Nesta linha, em termos “pro forma”, considerando a incorporação da Vianorte em janeiro de 2006, a margem EBITDA Ajustado teria avançado 1,4 ponto percentual, de 60,6% para 62%.

INVESTIMENTOS

Em 2007, o fluxo de caixa de investimentos de nossas concessionárias foi de R\$250,4 milhões. Desses investimentos, aproximadamente 33% foram realizados pela Centrovias, 24% pela Intervias, 23% pela Vianorte e 20% pela Autovias, em cumprimento ao cronograma de investimentos de cada concessionária.

Na Autovias trabalhamos na execução das marginais da SP-330 e também implementamos alças de acesso, faixas adicionais e revitalização de pavimentos e dispositivos (conservação especial). Fizemos também o desdobramento da praça de pedágio de São Simão, na SP-330.

Na Centrovias concluímos a duplicação da SP-225, que ocorreu em dezembro de 2007.

Na Intervias recuperamos o pavimento da SP-330 (2ª intervenção), terminamos a implantação da faixa adicional na SP-215 e continuamos as obras de duplicação da SP-147, incluindo também a implantação e alargamento de viadutos e remodelação dos dispositivos de entroncamento e retorno.

A concessionária Vianorte realizou trabalhos de recuperação e revitalização de pavimentos e dispositivos ao longo da SP-330, bem como a recuperação de pontes e viadutos e finalizou a implantação de passarela de pedestres e obras de drenagem.

Atualizamos nossas projeções de investimentos que serão direcionados para cumprir com nossas obrigações decorrentes dos contratos de concessão estaduais no decorrer dos próximos cinco anos. Com isso, estimamos investir R\$210 milhões em 2008 e R\$285 milhões entre 2009 e 2012.

Já nas rodovias federais recém adquiridas, serão investidos entre 2008 e 2012, aproximadamente R\$4,2 bilhões, basicamente na recuperação da infra-estrutura das rodovias, em praças de pedágios, equipamentos, veículos, CCOs, duplicação de pistas e construção de passarelas, trevos e contornos. Para o período de 2013-33 as previsões de investimentos serão de R\$2,2 bilhões, direcionados a manutenção de toda a infra-estrutura e construção de 3ª faixas de rodagem quando necessário, para comportar o crescimento do tráfego.

POSIÇÃO FINANCEIRA

A dívida consolidada líquida (empréstimos e financiamentos menos caixa, bancos e aplicações financeiras) ficou praticamente estável, passando de R\$429,1 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$429,7 milhões em dezembro de 2007.

No entanto, houve uma relevante melhora no perfil de nossa dívida. O endividamento bruto apresentou redução de R\$79,3 milhões, para R\$510,5 milhões. Do total de nossa dívida no encerramento de cada período, 77,2% estavam alocados no longo prazo no final de 2007, contra 44,5% observados no final de 2006.

A totalidade do nosso endividamento em 31 de dezembro de 2007 está denominada em Reais, sendo 56,3% correspondente a contratos com BNDES e CEF, com vencimentos de longo prazo e juros atrelados a TJLP, e 42,6% corresponde a contratos atrelados a CDI e 1,1% corresponde a contratos com encargos fixo e outros.

Adicionalmente, nossa relação dívida líquida pelo EBITDA Ajustado (últimos 12 meses) caiu de 1,5x em dezembro de 2006 para 1,1x em dezembro de 2007.

7. DIVIDENDOS

Nossos acionistas têm direito a receber, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Caso os órgãos de administração informem à assembléia geral ordinária que a distribuição de dividendos é incompatível com nossa situação financeira, os acionistas decidirão pela sua distribuição ou não.

A Assembléia Geral Ordinária realizada em 19 de abril de 2007, aprovou o pagamento de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, bem como o pagamento dos lucros realizados em 2005, até então registrados na conta de reserva de lucros à realizar, os quais totalizam o montante de R\$41,8 milhões, correspondente à R\$0,60746801835 por ação ordinária.

A distribuição dos dividendos aos Acionistas foi realizada no dia 07 de maio de 2007, sendo que as ações da Companhia passaram a ser negociadas “*ex-dividendos*” a partir de 20 de abril de 2007.

8. RECURSOS HUMANOS

A companhia considera seus recursos humanos, em todos os níveis, como um relevante patrimônio, fundamental para a consecução de seus objetivos de crescimento permanente nos mercados definidos como estratégicos, cumprimento tempestivo e satisfatório das suas obrigações contratuais com o Poder Concedente, manutenção de adequado relacionamento com as comunidades nas quais as concessionárias estão inseridas, atendimento de qualidade às necessidades dos usuários e ainda, das expectativas de rentabilidade, remuneração e boa governança exigidas pelo mercado, acionistas e investidores.

A empresa e suas controladas tinham em dezembro de 2007 1.392 empregados contra 1.350 em dezembro de 2006.

O pagamento da Participação dos Lucros e Resultados (PLR) referente ao exercício social de 2007 será realizado em 2008, de acordo com critérios tais como performance, assiduidade, nível de responsabilidade e tempo de serviço.

Mantemos programas de treinamento constante para os nossos empregados, com especial ênfase para aqueles alocados nas áreas operacionais.

9. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Por meio das concessionárias que controla, a OHL Brasil pratica ações socioambientais que envolvem educação, saúde, cultura e meio ambiente, principalmente junto às comunidades onde as concessionárias atuam.

EDUCAÇÃO

Em 2007 os projetos educacionais da OHL Brasil foram realizados nas concessionárias que administramos no estado de São Paulo, alcançando 113 mil alunos, contando com a colaboração de 4.723 professores em 207 escolas públicas de 44 cidades do interior do Estado de São Paulo.

Estes projetos educacionais trazem uma visão inovadora sobre os temas, destacando ensinamentos que valorizam e estimulam o respeito à vida. Humanizar o trânsito por meio da educação é o caminho que escolhemos para conscientizar os jovens e sensibilizar os adultos para o respeito e a valorização da vida.

SAÚDE

O Programa de Saúde para Caminhoneiros é uma atividade dirigida a estes usuários que transitam pelas rodovias administradas por nossas concessionárias. Tem como objetivo permitir o acesso a orientações e exames de saúde que os alertem para problemas que possam interferir no exercício de sua profissão.

Até Dezembro de 2007 foram atendidos 106 mil motoristas. Os programas recebem nomes diferentes em cada concessionária, mas a idéia é única:

- (i) *Saúde na Estrada* na Autovias;
- (ii) *Pit Stop* na Vianorte;
- (iii) *Mais Saúde na Estrada* na Centrovias e
- (iv) *Saúde na Boléia* na Intervias

Temos de parcerias com empresas e instituições públicas, o que permite a realização de exames de colesterol, diabetes, triglicérides e pressão arterial, vacinação, tratamento odontológico, avaliação e procedimentos com podólogas especializadas, orientação quanto às doenças sexualmente transmissíveis, distribuição de preservativos, etc.

CULTURA

O objetivo dos projetos culturais realizados por nossas concessionárias é promover a cultura nas regiões por onde passam rodovias sob sua administração, com apoios fundamentados, principalmente, na renúncia fiscal da Lei Rouanet.

Principais projetos apoiados em 2007:

- (i) *Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto*, instituição que completa em 2008 70 anos de atividade e que, em 2007, produziu e apresentou com apoio da OHL Brasil, a ópera *Il Rigoletto*;
- (ii) *Revista Porta-Luvas*, com seis edições, cada uma com tiragem total de um milhão de exemplares, distribuídos em praças de pedágio, instituições de ensino, Ministério da Cultura, etc. A revista é uma iniciativa da Emana Cultura.;
- (iii) *Restauração de telas de Benedito Calixto*, na cidade de Bocaína (SP). ;
- (iv) *Doutores da Alegria*, grupo que, por meio de atividades lúdicas, auxilia na recuperação de pacientes internados nos hospitais;
- (v) *Oficina de Leitura*, projeto desenvolvido em Ribeirão Preto.

MEIO AMBIENTE

Seja por meio de apoio a projetos desenvolvidos nas regiões onde está presente, seja por meio de gestão em relação ao Meio Ambiente, a OHL Brasil desenvolve várias ações de caráter educativo e de conscientização, tanto de seus funcionários como da população.

Destaque para o plantio de mais de 825 mil mudas de árvores nativas, até dezembro de 2007, efetuado principalmente em áreas degradadas e de mata ciliar, o que contribui para a recuperação dessas áreas.

Além disso, por meio da Autovias, firmou o convênio com o Jardim Zoobotânico de Franca para a produção de mudas e programa de difusão do Pau-Brasil e patrocinou a realização do programa de educação ambiental *Mergulho na Bacia*, realizado nas cidades de Jaú e Dois Córregos.

O programa *Via das Águas*, implantado pela Autovias, foi reconhecido pela IBTTA e recebeu o prêmio Toll Excellence Award 2007 de responsabilidade social.

O programa *Carbon Free*, da Vianorte recebeu menção honrosa no 5º Benchmarking Ambiental Brasileiro, pela neutralização de carbono realizada no Km 358 da rodovia Armando de Salles Oliveira.

INCENTIVO AO TURISMO

O *Incentivo ao Turismo*, realizado inicialmente para atender exigência da licença ambiental para realização das obras de duplicação da SP 225, atendeu as cidades de:

- (i) Brotas: Aquisição de mobiliário e equipamentos de informática para o Centro de Interpretação Ambiental - CIAM, sinalização dos acessos aos atrativos turísticos e trilhas, construção do portal da cidade e elaboração do zoneamento ambiental, além do treinamento e qualificação dos técnicos para atuarem no CIAM.
- (ii) Dois Córregos: Construção de parte do Parque Ecológico Águas do Lajeado, o que inclui a construção do prédio da administração, dos sanitários, de um píer e do portal.
- (iii) Itirapina: Reforma da antiga estação ferroviária, para instalação do Comtur, de um posto de informações turísticas e da casa do artesão.

Paralelamente, desenvolveram-se outras ações como:

- (i) Divulgação dos roteiros turísticos regionais “Caminhos do Tietê”, na região de Jaú, e “Chapada Guarani”, na região de São Carlos, por meio dos recibos de pedágio.
- (ii) Patrocínio do Mapa Turístico de São Carlos.

APOIO AOS MUNICÍPIOS

O objetivo é desenvolver ações que visem potencializar os impactos positivos relacionados ao desenvolvimento dos municípios sob influência das obras de ampliação ou melhoria do sistema rodoviário. Consiste na realização de seminários, estudos, pesquisas e debates, etc.

O programa foi desenvolvido pela Centrovias e se constitui na realização de dois seminários: *Aqüífero Guarani – Manejo Sustentável e Controle Social e Desenvolvimento Sustentável – Recursos Hídricos, Transporte, Plano Diretor e Turismo*. Além disso, por meio da Fundação Unesp, realizam-se três estudos para atender as cidades de Brotas, Dois Córregos e Itirapina, respectivamente à ocupação organizada do solo, legislação para a implantação do plano diretor e orientação para elaboração de plano diretor.

APOIO A INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS

A OHL Brasil reconhece o trabalho de diversas entidades que desenvolvem a assistência social como meio de inclusão e de cidadania. Em 2007, apoiou os projetos:

- (i) *ONG Vida Nova - Casa das Mangueiras, em Ribeirão Preto;*
- (ii) *Centro de Voluntariado de Ribeirão Preto;*
- (iii) *Nosso Lar em São Carlos;*
- (iv) *Projeto Esporte Cidadão e ABCD Bandeirantes em Rio Claro.*

10. INSTRUÇÃO CVM 381/2003

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, nossos Auditores Independentes foram contratados apenas para prestar serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da companhia.

11. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos usuários, funcionários, acionistas, comunidades vizinhas, instituições governamentais, fornecedores, prestadores de serviços, financiadores e demais colaboradores.

São Paulo, 12 de março de 2008.

A Administração

Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. e Controladas

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2007 e de 2006 e
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individual (controladora) e consolidado, da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. e controladas (“Sociedades”), levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Sociedades; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Sociedades, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras básicas referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., não eram requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos fluxos de caixa foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras básicas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2008

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Walter Dalsasso
Contador
CRC nº 1 SP 077516/O-9

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006			2007	2006	2007	2006
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e bancos		274	242	13,839	11,729	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	116,181	327,138
Aplicações financeiras	4	19,530	8,776	50,600	127,545	Fornecedores		1,056	1,309	32,005	31,340
Contas a receber	5	187	1,306	30,366	27,841	Obrigações sociais		1,664	496	11,063	8,595
Contas a receber - sociedades ligadas	17	1,962	4,457	87	87	Obrigações fiscais	16	617	48	17,865	16,586
Estoques		-	1	1,479	1,214	Outras contas a pagar		110	37	4,749	2,728
Despesas antecipadas	6	61	6	3,714	3,458	Provisões diversas - sociedades ligadas	17	824	880	824	880
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	-	5,660	4,012	Cauções contratuais	14	-	-	5,671	5,149
Impostos a recuperar	8	1,117	4,639	2,600	6,249	Credores pela concessão	18	-	-	50,437	47,448
Adiantamentos para novos projetos		6,839	2,940	6,839	2,940	Provisões para contingências	20	-	-	-	3,846
Dividendos a receber	17	15,109	39,374	-	-	Dividendos propostos		17,785	41,848	17,785	41,848
Outros créditos		76	49	2,720	1,711	Total do passivo circulante		22,056	44,618	256,580	485,558
Total do ativo circulante		45,155	61,790	117,904	186,786						
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:						Exigível a longo prazo:					
Aplicações financeiras restritas	9	-	-	16,807	21,368	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	394,331	262,641
Impostos a recuperar	8	6,541	-	8,290	-	Contas a pagar - sociedades ligadas	17	-	3,453	-	-
Contas a receber - sociedades ligadas	17	22,135	34,344	-	-	Fornecedores		-	-	32	64
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	-	12,182	17,404	Credores pela concessão	18	-	-	473,227	485,709
Despesas antecipadas	6	-	-	195	319	Provisões para contingências	20	-	-	5,995	-
Depósitos judiciais		251	238	1,407	1,324	Receita diferida		-	-	391	373
Permanente:						Outras contas a pagar		-	-	7	849
Investimentos	10	659,926	606,242	85,032	94,450	Total do passivo não circulante		-	3,453	873,983	749,636
Imobilizado	11	3,246	3,562	1,562,171	1,517,940						
Intangível	12	-	-	41,773	53,708	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total do ativo não circulante		692,099	644,386	1,727,857	1,706,513	Capital social	19	549,083	549,083	549,083	549,083
						Reservas de lucros		188,386	131,293	188,386	131,293
						Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial no capital		(22,271)	(22,271)	(22,271)	(22,271)
						Total do patrimônio líquido		715,198	658,105	715,198	658,105
TOTAL DO ATIVO		737,254	706,176	1,845,761	1,893,299	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		737,254	706,176	1,845,761	1,893,299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS					
Serviços prestados		-	-	674,989	471,331
Deduções dos serviços prestados		-	-	(59,176)	(40,996)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS		-	-	615,813	430,335
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS					
		-	-	(320,434)	(214,639)
OUTRAS RECEITAS					
Equivalência patrimonial	10.a	94,491	96,446	-	-
Outras		-	168	84	168
LUCRO BRUTO		94,491	96,614	295,463	215,864
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas		(10,017)	(7,071)	(60,649)	(39,889)
Remuneração da Diretoria		(2,000)	(1,178)	(2,000)	(1,178)
Remuneração da Administração		(295)	(47)	(295)	(47)
Tributárias		(1,476)	(100)	(5,563)	(2,844)
Amortização do ágio em investimentos, líquido		-	426	(9,418)	(10,928)
Outras receitas		585	-	585	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		81,288	88,644	218,123	160,978
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		6,331	12,308	11,895	17,940
Despesas financeiras		(12,609)	(730)	(109,153)	(53,518)
Variação cambial, líquida		(66)	22	(66)	22
		(6,344)	11,600	(97,324)	(35,556)
LUCRO OPERACIONAL		74,944	100,244	120,799	125,422
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		348	334	1,816	403
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		75,292	100,578	122,615	125,825
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	22.a	(414)	(1,159)	(44,163)	(43,357)
Diferidos	22.b	-	-	(3,574)	16,951
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		74,878	99,419	74,878	99,419
LUCRO POR AÇÃO - R\$		1.0869	1.4432		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	Capital <u>social</u>	Reserva de lucros			Lucros <u>acumulados</u>	Ajuste do patrimônio líquido - variação <u>cambial no capital</u>	<u>Total</u>
			<u>Legal</u>	Lucros <u>a realizar</u>	Retenção <u>de lucros</u>			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		549,083	3,839	18,236	51,647	-	(22,271)	600,534
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	99,419	-	99,419
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	19.b	-	4,971	-	-	(4,971)	-	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	23,612	-	(23,612)	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	70,836	(70,836)	-	-
Dividendos propostos	19.b	-	-	(41,848)	-	-	-	(41,848)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		<u>549,083</u>	<u>8,810</u>	<u>-</u>	<u>122,483</u>	<u>-</u>	<u>(22,271)</u>	<u>658,105</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	74,878	-	74,878
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	19.b	-	3,744	-	-	(3,744)	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	53,349	(53,349)	-	-
Dividendos propostos	19.b	-	-	-	-	(17,785)	-	(17,785)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		<u>549,083</u>	<u>12,554</u>	<u>-</u>	<u>175,832</u>	<u>-</u>	<u>(22,271)</u>	<u>715,198</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
ORIGENS DE RECURSOS					
Das operações (vide abaixo)		-	-	394,455	229,545
Dos acionistas-					
Capital circulante líquido de controlada incorporada	1	4,156	-	-	-
De terceiros:					
Aumento do exigível a longo prazo		180,000	3,416	609,522	111,514
Baixa do ativo imobilizado		-	-	-	5,751
Redução do realizável a longo prazo		48,719	16,934	10,123	9,323
Juros sobre o capital próprio	10.c	9,992	-	-	-
Dividendos propostos por controladas	10.b e c	162,644	39,374	-	-
Total das origens		<u>405,511</u>	<u>59,724</u>	<u>1,014,100</u>	<u>356,133</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS					
Nas operações (vide abaixo)		23,744	1,467	-	-
Aumento do realizável a longo prazo		28,041	109	9,767	10,380
Adições aos investimentos	10.a e c	136,005	110,514	-	94,201
Adições ao imobilizado		94	959	236,872	453,456
Distribuição de dividendos	19.b	17,785	41,848	17,785	41,848
Redução do exigível a longo prazo		193,915	-	589,580	94,069
Adições ao intangível		-	-	-	5,943
Total das aplicações		<u>399,584</u>	<u>154,897</u>	<u>854,004</u>	<u>699,897</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		<u>5,927</u>	<u>(95,173)</u>	<u>160,096</u>	<u>(343,764)</u>
VARIAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO					
Capital circulante líquido:					
No início do exercício		17,172	112,345	(298,772)	44,992
No fim do exercício		23,099	17,172	(138,676)	(298,772)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		<u>5,927</u>	<u>(95,173)</u>	<u>160,096</u>	<u>(343,764)</u>
DEMONSTRAÇÕES DOS RECURSOS ORIGINADOS DAS (APLICADOS NAS) OPERAÇÕES					
Lucro líquido do exercício		74,878	99,419	74,878	99,419
Itens que não afetam o capital circulante líquido:					
Juros e correção monetária de longo prazo		(4,561)	(4,309)	99,842	8,864
Impostos diferidos	22.b	-	-	3,574	(16,526)
Depreciações e amortizações		410	295	200,501	124,267
Resultado de equivalência patrimonial	10.a	(94,491)	(96,446)	-	-
Amortização de (deságio) ágio em investimentos		-	(426)	9,418	10,928
Constituição de provisões para contingências		-	-	2,149	-
Receita diferida		-	-	18	(4)
Custo residual do ativo imobilizado baixado		-	-	4,075	2,597
Baixa de investimentos		20	-	-	-
		<u>(23,744)</u>	<u>(1,467)</u>	<u>394,455</u>	<u>229,545</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“Sociedade”) foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais:

- Execução por administração, empreitada ou subempreitada de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços.
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil.
- Realização de obras de infra-estrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplanagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral.
- Exploração direta e/ou através de consórcios, de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infra-estrutura em geral, através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a, parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões.
- Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente.

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de dezembro de 2007, de 100% da Autovias S.A. (“Autovias”), 100% da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Centrovias”), 100% da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias (“Intervias”) e 100% da Vianorte S.A. (“Vianorte”), concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo.

Adicionalmente, a Sociedade tem participação de 100% da Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (“Latina Manutenção”) e de 100% da Paulista Infra-Estrutura Ltda. (“Paulista”), ambas constituídas em 26 de janeiro de 2005, sociedades que prestam serviços para as concessionárias Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte.

A Sociedade tem ainda participação de 100% na SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A. (“SPR”), que tem por objeto social a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou cotista, bem como o exercício de quaisquer atividades relacionadas com seu objeto social, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. Em dezembro de 2006, através da SPR, a Sociedade adquiriu a participação de 100% da Vianorte.

Em 9 de outubro de 2007, a Sociedade, mediante leilão realizado na Bolsa de Valores de São Paulo, venceu as licitações relativas às concessões de exploração de rodovias federais por um período de 25 anos. Em decorrência disso, em 19 de dezembro de 2007 foram constituídas as sociedades Autopista Planalto Sul S.A. (“Planalto Sul”), Autopista Fluminense S.A. (“Fluminense”), Autopista Fernão Dias S.A. (“Fernão Dias”), Autopista Régis Bittencourt (“Régis Bittencourt”) e Autopista Litoral Sul S.A. (“Litoral Sul”), nas quais a Sociedade tem participação de 100%.

OHL Participações

Incorporação

Em 3 de abril de 2007, foi emitido laudo de avaliação a valores contábeis, na data-base 31 de março de 2007, do patrimônio líquido da controlada OHL Brasil Participações em Infraestrutura Ltda. (“OHL Participações”), com o objetivo de proceder à incorporação da controlada pela Sociedade. O valor do patrimônio líquido incorporado pela Sociedade é de R\$4.156, representado por capital circulante líquido.

Autovias

A Autovias tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 31 de agosto de 2018, a exploração da malha rodoviária de ligação entre Franca, Batatais, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro e respectivos acessos, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97/Lote 10. A Autovias iniciou as operações em 1º de setembro de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

Obras

Na SP 255 - Rodovia Antônio Machado Sant’anna

- Implantação da segunda pista no trecho compreendido entre o km 2,8 e o km 48,35.
- Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre o km 48,35 e o km 77.

Na SP 318 - Rodovia Eng. Thales de Lorena Peixoto Júnior

- Implantação de faixas adicionais do km 257,8 ao km 280.

Na SP 330 - Rodovia Anhangüera

- Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (17,2 km).

Na SP 334 - Rodovia Cândido Portinari

- Complementação da duplicação no trecho entre o km 322 e o km 337.
- Implantação da segunda pista no trecho compreendido entre o km 337 e o km 348.
- Implantação da segunda pista no trecho compreendido entre o km 358 e o km 395,5.

Na SP 345 - Rodovia Eng. Ronan Rocha

- Implantação da segunda pista e recapeamento da pista existente no trecho compreendido entre o km 10 e o km 36.
- Implantação de vias marginais entre o km 30 e o km 35 do lado direito e entre o km 33 e o km 35 do lado esquerdo.

A Autovias, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviço adequado durante o período de concessão, deverá devolver o sistema rodoviário em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período não deverá ocorrer necessidade de serviços de recuperação e/ou reforços nas obras-de-arte especiais.

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$107 milhões.

Incorporação

Em 23 de junho de 2006, foi emitido laudo de avaliação a valores contábeis, na data-base 31 de maio de 2006, do patrimônio líquido da controladora OHL Participações, com o objetivo de proceder à cisão parcial e em seguida incorporação das parcelas cindidas por suas controladas. A parcela do patrimônio líquido cindido absorvida pela controlada Autovias é de R\$13.514, registrada como aumento de capital na concessionária.

As rubricas que compõem o patrimônio cindido e incorporado pela Autovias são as seguintes:

	<u>R\$</u>
Investimento na controlada	108.376
Saldo do ágio (proveniente da aquisição do investimento referido anteriormente)	192
Créditos incorporados	<u>13.322</u>
Parcela do acervo líquido cindido	121.890
Valor do investimento na controlada na data-base da cisão	(108.376)
Valor incorporado na Autovias	<u>13.514</u>

Adicionalmente, o crédito de imposto de renda e contribuição social relativo à parcela do ágio amortizado até a data-base da cisão, controlado na parte B do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR da antiga controladora (OHL Participações), no montante de R\$3.838, foi registrado no ativo da Autovias na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, tendo como contrapartida crédito no resultado do exercício. Esse ativo foi reconhecido tendo em vista a expectativa de realização com base na geração de lucros tributáveis futuros e é amortizado em 60 meses.

Centrovias

A Centrovias foi constituída em 27 de maio de 1998, iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Cordeirópolis a São Carlos e de Itirapina a Bauru.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do Contrato de Concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passa a ser até 9 de junho de 2019.

A Centrovias assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

Obras

Na SP 225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros

- Implantação da segunda pista no trecho compreendido entre o km 91,429 e o km 177,400.
- Implantação da segunda pista no trecho compreendido entre o km 183,850 e o km 235,040.

A Centrovias tem com o Poder Concedente o direito de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, segundo cláusulas contratuais específicas na legislação. Os compromissos decorrentes da concessão referentes a futuros investimentos, até o final da concessão, foram estimados quando da assinatura do Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$118 milhões.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Centrovias terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Incorporação

Em 23 de junho de 2006, foi emitido laudo de avaliação a valores contábeis, na data-base 31 de maio de 2006, do patrimônio líquido da controladora (OHL Participações), com o objetivo de proceder à cisão parcial e em seguida incorporação das parcelas cindidas por suas controladas. A parcela do patrimônio líquido cindido absorvida pela Centrovias é de R\$12.838, registrada como aumento de capital na concessionária.

As rubricas que compõem o patrimônio cindido e incorporado pela Centrovias são as seguintes:

	<u>R\$</u>
Investimento na controlada	124.032
Saldo do ágio (proveniente da aquisição do investimento referido anteriormente)	9.474
Créditos incorporados	<u>3.364</u>
Parcela do acervo líquido cindido	136.870
Valor do investimento na controlada na data-base da cisão	(124.032)
Valor incorporado na Centrovias	<u>12.838</u>

Adicionalmente, o crédito de imposto de renda e contribuição social relativo à parcela do ágio amortizado até a data-base da cisão, controlado na parte B do LALUR da controladora (OHL Participações), no montante de R\$6.731, foi registrado no ativo da Centrovias na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, tendo como contrapartida crédito no resultado do exercício. Esse ativo foi reconhecido tendo em vista a expectativa de realização com base na geração de lucros tributáveis futuros e é amortizado em 60 meses.

Intervias

A Intervias foi constituída em 28 de maio de 1999, iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira e São Carlos - Lote 06, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com o DER/SP nº 19/CIC/98.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 14, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Artesp o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do Contrato de Concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passa a ser até 17 de janeiro de 2028.

A Intervias assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

Obras

Na SP 147 - Rodovia Engenheiro João Tosello

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi-Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi-Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

Na SP 191 - Rodovia Wilson Finardi

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 43,8 e o km 44,9 (Mogi-Mirim - Araras), entre o km 45,6 e o km 46,9 (projeção Araras - Anhangüera) e entre o km 49,7 e o km 74,72 (Araras - Rio Claro).

Na SP 352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - divisa com o Estado de Minas Gerais).

Na SP 165/330 - Rodovia Anhangüera - Contorno Rodoviário de Araras

- De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e a 3ª readequação do cronograma de obras de 8 de outubro de 2002, foi construído um trecho de 4,67 km de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras, na SP 165/330, partindo do km 165,225 da SP 330 - Rodovia Anhangüera até o km 42,300 da SP 191 - Rodovia Wilson Finardi. Concluído em 17 de dezembro de 2005.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Intervias terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

A Intervias tem com o Poder Concedente o direito de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, segundo cláusulas contratuais específicas na legislação. Os compromissos decorrentes da concessão referentes a futuros investimentos, até o final da concessão, foram estimados quando da assinatura do Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$130 milhões.

Incorporação

Em 23 de junho de 2006, foi emitido laudo de avaliação a valores contábeis, na data-base 31 de maio de 2006, do patrimônio líquido da controladora (OHL Participações), com o objetivo de proceder à cisão parcial e em seguida incorporação das parcelas cindidas por suas controladas. A parcela do patrimônio líquido cindido absorvida pela Intervias é de R\$51.979, registrada como aumento de capital na concessionária.

As rubricas que compõem o patrimônio cindido e incorporado pela Intervias são as seguintes:

	<u>R\$</u>
Investimento na controlada	141.013
Saldo do ágio (proveniente da aquisição do investimento referido anteriormente)	50.010
Créditos incorporados	<u>1.969</u>
Parcela do acervo líquido cindido	192.992
Valor do investimento na controlada na data-base da cisão	<u>(141.013)</u>
Valor incorporado na Intervias	<u>51.979</u>

Adicionalmente, o crédito de imposto de renda e contribuição social relativo à parcela do ágio amortizado até a data-base da cisão, controlado na parte B do LALUR da controladora (OHL Participações), no montante de R\$9.492, foi registrado no ativo da Intervias na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, tendo como contrapartida crédito no resultado do exercício. Esse ativo foi reconhecido tendo em vista a expectativa de realização com base na geração de lucros tributáveis futuros e é amortizado em 60 meses.

Vianorte

A Vianorte foi constituída em 13 de fevereiro de 1998, iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP 330 - Rodovia Anhangüera, SP 322 - Rodovia Attílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira, SP 328 - Rodovia Alexandre Balbo/Contorno Norte de Ribeirão Preto e SP 325/322 - Rodovia dos Bandeirantes, compreendendo a execução, gestão e fiscalização de serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, e dos serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público. O prazo de concessão é de 240 meses (20 anos), contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente.

A Vianorte assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

Na SP 322 - Rodovia Attílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira

- Duplicação do trecho entre o km 343,500 e o km 390,500 - Sertãozinho/Bebedouro.
- Duplicação do trecho entre o km 307,500 e o km 325,910 - Contorno Viário Sul.
- Construção de dispositivos de acessos/retornos.
- Construção de passarelas entre o km 334,860 e o km 337,790 - Sertãozinho.
- Construção de marginais entre o km 333,160 e o km 343,480.
- Ampliação de dispositivo na SP 325/322 no km 325,910 (entroncamento).
- Construção da transposição sobre o Córrego Santa Elisa no km 345,100.

Na SP 328 - Rodovia Alexandre Balbo

- Duplicação do trecho entre o km 323,130 e o km 337,010.
- Construção de dispositivos nos kms 326,220/330,720/334,710 e 335,160 - PSU.

Na SP 330 - Rodovia Anhangüera

- Construção de passarela no km 380 - São Joaquim da Barra.
- Construção da PSU sobre Orlândia no km 366,150.

- Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Cação no km 319,650.

Na SP 325/322 - Rodovia dos Bandeirantes

- Construção de passarela no km 8,550.
- Construção de galeria de aço no km 6,400.
- Construção de dispositivo no km 8,300.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Vianorte terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$138 milhões.

Planalto Sul

A Planalto Sul foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba - Divisa SC/RS, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 2, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, e com o Contrato de Concessão.

A Planalto Sul assumirá os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicação de rodovia.
- 48,3 km de terceiras faixas.
- 10,2 km de vias laterais.
- Construção de 7 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 9 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

A Planalto Sul encontra-se em fase pré-operacional.

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$410 milhões.

Fluminense

A Fluminense foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre Divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 4, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela ANTT, e com o Contrato de Concessão.

A Fluminense assumirá os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação de rodovia.
- 3,8 km de vias laterais.
- 28,3 km de variantes/contornos.
- Construção de 17 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 7 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

A Fluminense encontra-se em fase pré-operacional.

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$591 milhões.

Fernão Dias

A Fernão Dias foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do lote rodoviário BR-381/MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte - São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 5, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela ANTT, e com o Contrato de Concessão.

A Fernão Dias assumirá os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- 88 km de terceiras faixas.
- 94,16 km de vias laterais.
- 10,3 km de variantes/contornos.

- Construção de 50 passarelas.
- Construção de 8 praças de pedágio.
- Construção de 12 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

A Fernão Dias encontra-se em fase pré-operacional.

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$770 milhões.

Régis Bittencourt

A Régis Bittencourt foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do lote rodoviário BR-116/SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo - Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 6, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/2007, publicado pela ANTT, e com o Contrato de Concessão.

A Régis Bittencourt assumirá os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia.
- 104,9 km de terceiras faixas.
- 109,6 km de vias laterais.
- 23,6 km de variantes/contornos.
- Construção de 51 passarelas.
- Construção de 6 praças de pedágio.
- Construção de 9 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

A Régis Bittencourt encontra-se em fase pré-operacional.

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$1.426 milhões.

Litoral Sul

A Litoral Sul foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR - BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba - Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 7, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT, e com o Contrato de Concessão.

A Litoral Sul assumirá os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- 30 km de terceiras faixas.
- 79,7 km de vias laterais.
- 94,7 km de variantes/contornos.
- Construção de 39 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 8 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

A Litoral Sul encontra-se em fase pré-operacional.

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$960 milhões.

Latina Manutenção

A Latina Manutenção tem por objetivo a conservação, a manutenção e os reparos de rodovias e obras-de-arte em geral, incluindo serviços de limpeza, sinalização e construção civil de pequeno porte em geral, bem como gerenciamento, fiscalização e elaboração de estudos, plantas e projetos relativos aos serviços mencionados anteriormente.

Paulista

A Paulista tem por objetivo a construção de obras rodoviárias de grande porte, como a construção e duplicação de rodovias e vias marginais e a construção de pontes, viadutos, vias de acesso e edificações de grande porte, incluindo terraplanagem, pavimentação, sinalização, edificações, controle tecnológico, elaboração de estudos e plantas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem os saldos da Sociedade e de suas controladas, nas quais possui participação direta ou indireta, de 100% do capital votante, demonstrada a seguir. Na consolidação foram eliminados os investimentos nas controladas, os saldos a receber e a pagar, as receitas, as despesas e os lucros não realizados.

	Participação - %			
	2007		2006	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Autovias	100	-	100	-
Centrovias	100	-	100	-
Intervias	100	-	100	-
Vianorte	-	100	-	100
SPR	100	-	100	-
Latina Manutenção	100	-	100	-
Paulista	100	-	100	-
Planalto Sul	100	-	-	-
Fluminense	100	-	-	-
Fernão Dias	100	-	-	-
Régis Bittencourt	100	-	-	-
Litoral Sul	100	-	-	-

b) Aplicações financeiras

Demonstradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda. Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, a Sociedade e suas controladas não registraram provisão para devedores duvidosos.

d) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

e) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou de construção, deduzido das depreciações e amortizações, estabelecidas segundo as taxas consideradas compatíveis com a vida útil-econômica dos bens, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

f) Intangível

No consolidado, corresponde aos ágios que foram cindidos da OHL Participações e incorporados nas concessionárias. Os saldos são amortizados em 60 meses.

g) Empréstimos e financiamentos

Contabilizados ao valor original, acrescido da atualização monetária e dos juros incorridos até as datas dos balanços.

h) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas contabilizadas ao valor original, acrescido da atualização monetária incorrida até as datas dos balanços.

Em 5 de dezembro de 2006, o controle acionário da Vianorte (100% das ações) passou a ser exercido pela SPR. Em conjunto com as demais sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico, a concessionária decidiu, em 31 de dezembro de 2006, adotar a mesma prática contábil do grupo no que tange ao compromisso financeiro assumido com o Poder Concedente, que passou a ser reconhecido nos passivos circulante e não circulante e no ativo não circulante na rubrica “Imobilizado”.

Os principais efeitos dessa mudança de prática contábil nas demonstrações financeiras consolidadas, por conta dos efeitos registrados na Vianorte em 31 de dezembro de 2006, são os seguintes:

<u>Descrição da conta contábil</u>	<u>Grupo contábil</u>	<u>Aumento (redução)</u>
Direito de outorga da concessão	Ativo não circulante - imobilizado	331.378
Diferido	Ativo não circulante - diferido	(5.750)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	Ativo não circulante - realizável a longo prazo	1.955
Credores pela concessão	Passivo circulante	29.260
Credores pela concessão	Passivo não circulante	302.118
Contrapartida dos efeitos da mudança de prática - exercícios anteriores	Patrimônio líquido	(4.135)
Contrapartida dos efeitos da mudança de prática - exercício findo em 31 de dezembro de 2006	Lucro líquido do exercício (alocado nas rubricas de origem)	340

i) Provisões para contingências

Registradas com base na opinião da Administração da Sociedade e de suas controladas e de seus advogados no montante das perdas prováveis em relação aos processos em aberto nas datas dos balanços.

j) Receitas de serviços

Reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização das rodovias pelos usuários.

k) Lucro por ação

Calculado com base na quantidade de ações existentes na Sociedade nas datas de encerramento dos exercícios.

l) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer a elaboração de estimativas e a consideração de premissas por parte da Administração que afetam os valores dos ativos e passivos e ativos e passivos contingentes apresentados nas datas das demonstrações financeiras, bem como os valores das receitas e das despesas durante o período reportado. Para elaborar essas demonstrações financeiras, a Administração das Sociedades preparou várias estimativas e premissas, inclusive a seleção das vidas úteis do imobilizado, a provisão para contingências passivas, a adequação das provisões para imposto de renda, outras despesas provisionadas e o valor justo dos instrumentos financeiros. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

m) Informações por segmento

A Sociedade opera em um segmento de negócios: a operação de concessões de rodovias. As receitas são geradas através da coleta de pedágio.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Representadas por aplicações em fundos no mercado aberto e em certificados de depósito com taxas de rendimento com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, estão representados por:

	2007		2006	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Receitas acessórias a receber	-	364	-	424
Pedágio eletrônico a receber	-	27.881	-	25.224
Cupons de pedágio a receber	-	1.660	-	1.295
Arrecadação de cartão de crédito	-	287	-	407
Outros	<u>187</u>	<u>174</u>	<u>1.306</u>	<u>491</u>
Total	<u>187</u>	<u>30.366</u>	<u>1.306</u>	<u>27.841</u>

6. DESPESAS ANTECIPADAS

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, estão representadas por:

	2007		2006	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Despesas antecipadas - circulante				
(a)	<u>61</u>	<u>3.714</u>	<u>6</u>	<u>3.458</u>
Despesas antecipadas - não circulante (b)	<u>-</u>	<u>195</u>	<u>-</u>	<u>319</u>

(a) Referem-se a contratos de seguros da Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte.

(b) Referem-se a custos com financiamentos da Autovias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, estão representados por:

	Consolidado	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Ativo circulante:		
Ágio amortizado em sociedade cindida (*)	4.012	4.012
Diferenças temporárias	<u>1.648</u>	<u>-</u>
Total	<u>5.660</u>	<u>4.012</u>
Ativo não circulante:		
Ágio amortizado em sociedade cindida (*)	10.031	14.813
Diferenças temporárias	<u>2.151</u>	<u>2.591</u>
Total	<u>12.182</u>	<u>17.404</u>

(*) Calculados com base na alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) sobre o valor do ágio previamente amortizado em sociedade cindida em consonância com a legislação fiscal vigente. O reconhecimento desse ativo está baseado na expectativa de sua realização com lucros tributáveis a serem gerados pelas concessionárias nos próximos exercícios.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, estão representados por:

	2007		2006	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Imposto de renda e contribuição social	5.825	8.687	2.861	3.587
IRRF sobre aplicação financeira	354	360	58	681
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	1.237	1.237	42	42
IRRF sobre mútuo	242	242	1.644	1.666
PIS e COFINS a recuperar	-	173	34	169
IRRF a recuperar	-	185	-	96
Outros	-	6	-	8
Total	<u>7.658</u>	<u>10.890</u>	<u>4.639</u>	<u>6.249</u>
Circulante	1.117	2.600	4.639	6.249
Não circulante	6.541	8.290	-	-

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, estão representadas por:

	Não circulante	
	<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Aplicações financeiras (*)	<u>16.807</u>	<u>21.368</u>

(*) Representadas por depósitos em conta de reserva a título de garantia de pagamento do financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Project Finance"). Esses saldos estão aplicados nos bancos Itaú BBA S.A., Unibanco S.A. e Santander S.A.

Adicionalmente, por determinação das condições contratuais, as concessionárias caucionam, quando necessário, valores suficientes, porém limitados mensalmente a 5% da receita bruta, para manter em conta restrita o equivalente ao dobro do valor do último pagamento de juros e amortização.

10. INVESTIMENTOS

Os saldos dos investimentos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 estavam assim representados:

	2007		2006	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	1.034	1.034	1.034
OHL Participações	-	-	4.090	-
Latina Manutenção	1.563	-	2.267	-
Paulista	(4.527)	-	9.406	-
Autovias	137.885	-	170.190	-
Centrovias	198.531	-	165.076	-
Intervias	140.674	-	196.351	-
Planalto Sul	1	-	-	-
Fluminense	1	-	-	-
Fernão Dias	1	-	-	-
Régis Bittencourt	1	-	-	-
Litoral Sul	1	-	-	-
SPR	224.604	-	101.270	-
Ajuste de redução dos investimentos pela eliminação de resultados não realizados entre controladas	(39.862)	-	(43.461)	-
Ágio na aquisição de investimentos adquiridos pela SPR	-	94.182	-	94.182
Outros investimentos	<u>19</u>	<u>19</u>	<u>19</u>	<u>19</u>
	659.926	95.235	606.242	95.235
Amortização acumulada do ágio, líquido	-	(10.203)	-	(785)
Total	<u>659.926</u>	<u>85.032</u>	<u>606.242</u>	<u>94.450</u>

O ajuste de redução dos investimentos pela eliminação de resultados não realizados representa lucros registrados pelas sociedades incorporadas OHL Participações e pela Latina Infraestrutura S.A. (“Latina”) com o Consórcio Construtor Paulista (“CCP”) em anos anteriores. Esse montante é realizado de forma linear mensalmente.

a) As participações permanentes em 31 de dezembro de 2007 são representadas por:

	<u>Patrimônio líquido</u>	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Participação no capital social - %	<u>Equivalência patrimonial</u>
OHL Participações (i)	-	-	-	2.507
Autovias (ii)	137.885	27.085	100	28.369
Latina Manutenção (iii)	2.219	108	100	(704)
Paulista (iv)	5.126	(36)	100	1.409
SPR (v)	224.604	(12.666)	100	(12.666)
Centrovias	198.531	33.455	100	33.455
Intervias	142.195	42.121	100	42.121
Planalto Sul	1	-	100	-
Fluminense	1	-	100	-
Fernão Dias	1	-	100	-
Régis Bittencourt	1	-	100	-
Litoral Sul	1	-	100	-
Total				<u>94.491</u>

(i) O resultado de equivalência patrimonial na OHL Participações corresponde a R\$84, acrescido de parcela de realização dos lucros não realizados com o CCP de R\$2.423. Conforme nota explicativa nº 1, em 3 de abril de 2007 a OHL Participações foi incorporada pela Sociedade.

(ii) O resultado de equivalência patrimonial na Autovias inclui a parcela de realização dos lucros não realizados com o CCP de R\$1.284 no exercício.

(iii) O resultado de equivalência patrimonial na Latina Manutenção inclui a parcela de ajuste e de reversão dos lucros não realizados com as concessionárias de R\$812 no exercício.

(iv) O resultado de equivalência patrimonial na Paulista inclui a parcela de realização de lucros não realizados por operações efetuadas com as concessionárias de R\$1.445 no exercício.

(v) Em 4 de abril de 2007 a Sociedade integralizou capital de R\$136.000 na SPR, para liquidação das notas promissórias emitidas pela SPR.

b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a Paulista distribuiu lucros de R\$15.447. O investimento está negativo, considerando a eliminação de lucros não realizados desde janeiro de 2005 por operações com as quatro concessionárias, e não pela existência de passivos em excesso aos ativos.

c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a Autovias e a Intervias distribuíram lucros de R\$54.709 e R\$92.488, respectivamente, e juros sobre o capital próprio de R\$4.682 e R\$5.310, respectivamente.

- d) O valor futuro dos créditos tributários por lucros não realizados entre sociedades investidas é de aproximadamente R\$25.846 em 31 de dezembro de 2007 (R\$28.080 em 31 de dezembro de 2006) e está contabilizado dentro do ajuste de redução do imobilizado pela eliminação dos resultados não realizados (vide nota explicativa nº 11).
- e) Em 19 de dezembro de 2007, foram constituídas as empresas Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul com integralização de capital de R\$1 em cada uma.

11. IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, os saldos estavam representados por:

	Taxa anual média ponderada depreciação - %	Controladora			
		2007		2006	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em rodovia	4	2.732	(397)	2.335	2.445
Benfeitorias em bens de terceiros	33,33	535	(284)	251	424
Móveis e utensílios	10	508	(199)	309	328
Outras imobilizações	14,60	<u>592</u>	<u>(241)</u>	<u>351</u>	<u>365</u>
Total		<u>4.367</u>	<u>(1.121)</u>	<u>3.246</u>	<u>3.562</u>

	Taxa anual média ponderada depreciação - %	Consolidado			
		2007		2006	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de outorga da concessão	8,15	480.318	(109.735)	370.583	408.703
Imobilizado em rodovia - obras e serviços	8,07	1.209.065	(323.425)	885.640	748.240
Pavimentos e recapeamentos	19,43	550.457	(317.441)	233.016	188.617
Equipamento mobiliário	13,62	29.244	(13.097)	16.147	13.803
Móveis, utensílios e instalações	15,86	50.000	(29.388)	20.612	20.432
Desapropriações	6,26	28.638	(5.814)	22.824	21.047
Indenizações	6,71	1.243	(315)	928	1.013
Software	20,00	5.408	(3.380)	2.028	2.022
Conjunto de defesas	15,75	39.866	(24.148)	15.718	11.287
Benfeitorias em bens de terceiros	33,33	535	(284)	251	424
Outras imobilizações	23,84	10.998	(6.153)	4.845	3.942
Imobilizado em andamento	-	39.750	-	39.750	152.923
Ajuste de redução do imobilizado pela eliminação de resultados não realizados, líquidos dos efeitos tributários (nota explicativa nº 10.d))	-	<u>(50.171)</u>	<u>-</u>	<u>(50.171)</u>	<u>(54.513)</u>
Total		<u>2.395.351</u>	<u>(833.180)</u>	<u>1.562.171</u>	<u>1.517.940</u>

As adições no ativo imobilizado ocorridas após a contratação da concessão, cuja vida útil estimada seja superior ao período da concessão, são depreciadas com base no período restante do Contrato de Concessão.

12. INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, os saldos estavam representados por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Ágio incorporado pelas sociedades, líquido de amortização (nota explicativa nº 1):		
Autovias	134	172
Centrovias	6.632	8.527
Intervias	<u>35.007</u>	<u>45.009</u>
Total	<u>41.773</u>	<u>53.708</u>

13. GARANTIAS E SEGUROS

A Autovias, a Centrovias, a Intervias e a Vianorte, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais, de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da parcela fixa do ônus da concessão. Adicionalmente, as concessionárias mantêm coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2007, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	<u>Limites de indenização</u>			
		<u>Autovias</u>	<u>Centrovias</u>	<u>Intervias</u>	<u>Vianorte</u>
Todos os riscos	Riscos de engenharia	10.231	8.000	23.149	3.000
	Riscos patrimoniais	18.000	10.000	7.556	7.490
	Perda de receita	38.517	23.296	49.567	25.966
	Responsabilidade civil	16.000	17.440	17.957	19.726
Garantia	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	19.309	37.411	40.967	19.580
	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	39.031	37.082	48.793	39.417
	Garantia de pagamento mensal (ônus fixo)	8.194	11.559	8.706	49.616

14. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, estavam representadas por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Retenção de 5% referentes a prestadores de serviços (*)	<u>5.671</u>	<u>5.149</u>

(*) Refere-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, estavam representados por:

Instituições credoras	Encargos	Vencimento final	2007		2006	
			Consolidado		Consolidado	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Autovias:						
BNDES - "Project Finance" (a)	TJLP + 5% a.a.	Novembro de 2010	10.697	20.262	10.725	30.721
BNDES (b)	TJLP + 5% a.a.	Abril de 2011	1.293	2.976	1.297	4.237
BNDES (c)	TJLP + 3,95% a.a.	Maio de 2012	1.100	5.958	-	-
Caixa Econômica Federal (a)	TJLP + 6% a.a.	Novembro de 2010	10.708	20.261	10.741	30.720
Banco Itaú BBA (c)	CDI + 2,3% a.a.	Junho de 2009	1.613	2.600	3.030	4.200
Banco Fibra (c)	101,8% do CDI	Junho de 2008	22.420	-	20.033	-
Banco Votorantim (BNDES) (c)	TJLP + 3,3% a.a.	Setembro de 2012	175	2.492	-	-
Banco Itaú BBA (BNDES) (c)	TJLP + 3,45% a.a.	Junho de 2012	59	1.247	-	-
Banco Unibanco (c)	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	462	15.500	-	-
Banco Itaú BBA (c)	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	462	15.500	-	-
Banco Bradesco (c)	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	462	15.500	-	-
Banco Citibank (c)	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	462	15.500	-	-
Banco Votorantim (c)	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	239	8.000	-	-
Centrovias:						
BNDES - "Automático Itaú" (d)	TJLP + 3,95% a.a.	Junho de 2012	662	4.181	-	-
BNDES - "Automático Unibanco" (d)	TJLP + 3,30% a.a.	Outubro de 2012	40	1.320	-	-
BNDES - "Project Finance" (d)	TJLP + 5% a.a.	Agosto de 2010	21.843	36.014	18.332	48.067
Intervias:						
BNDES (e)	TJLP + UMBNDES + 5% a.a.	Julho de 2011	16.852	40.366	16.839	56.613
Banco Unibanco (f)	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	731	24.500	-	-
Banco Itaú BBA (f)	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	731	24.500	-	-
Banco Bradesco (f)	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	731	24.500	-	-
Banco Citibank (f)	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	731	24.500	-	-
Banco Votorantim (f)	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	356	12.000	-	-
"Leasing" - parcela do mês	CDI + 2% a.a.	Julho de 2010	83	-	78	-
Vianorte:						
BNDES (g)	TJLP + 4,5% a 7,5% a.a.	Agosto de 2013	17.222	73.484	13.972	85.181
Banco Safra - Finame (g)	TJLP + 4,9% a.a.	Março de 2008	229	-	926	216
Banco ABC - Finame (g)	TJLP + 6,3% a.a.	Julho de 2010	485	759	200	1.043
Banco ABC - conta garantida (g)	CDI + 0,35% a.m.	Fevereiro de 2007	3.369	-	3.614	-
Banco Fibra - "comprar" (g)	CDI + 0,37% a.m.	Outubro de 2008	425	-	347	376
Banco Unibanco - "Prosoft" (g)	TJLP + 2,18% a.a.	Abril de 2010	364	622	-	-
Banco Unibanco - Finame (g)	TJLP + 3,48% a.a.	Abril de 2012	233	1.042	-	-
Banespa - "leasing" (g)	1,52% a 1,87% a.m.	Abril de 2009	492	123	847	615
Banco Itaú - "leasing" (g)	1,53% a 1,66% a.m.	Junho de 2008	128	-	416	128
Banco Bradesco - "leasing" (g)	1,66% a.m.	Janeiro de 2008	28	-	170	28
Banco Dibens - "leasing" (g)	CDI + 1,824% a.a.	Fevereiro de 2010	155	280	-	-
Latina-						
Banco Itaú BBA (h)	11,5% a.a.	Julho de 2011	139	344	135	496
SPR:						
Banco Unibanco (i)	102,75% do CDI	Abril de 2007	-	-	102.472	-
Banco Bradesco (i)	102,75% do CDI	Abril de 2007	-	-	40.988	-
Banco Citibank (i)	102,75% do CDI	Abril de 2007	-	-	40.988	-
Banco Itaú BBA (i)	102,75% do CDI	Abril de 2007	-	-	40.988	-
Total			116.181	394.331	327.138	262.641

Autovias

- (a) Referem-se a financiamentos de longo prazo, com vencimento em novembro de 2010, que estão sendo aplicados em investimentos previstos em contrato com o Poder Concedente, contratados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. Em 31 de dezembro de 2007, 100% do valor desse financiamento está liberado. Sobre o valor do principal incidem juros que são calculados de acordo com a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescidos de 5% a 6% ao ano. Em garantia do financiamento foram dadas uma parcela do produto de cobrança do pedágio e, ainda, caução de ações emitidas pela Sociedade, limitadas à proporção da participação de cada acionista.
- (b) Refere-se a financiamento de longo prazo, com vencimento em abril de 2011, para implementação de um sistema integrado de monitoramento e controle da operação do sistema rodoviário. Em 31 de dezembro de 2007, 100% do valor desse financiamento está liberado. Sobre o valor do principal incidem juros que são calculados de acordo com a variação da TJLP, acrescidos de 5% ao ano. As garantias em 31 de dezembro de 2007 estão representadas por notas promissórias, no valor total de R\$7.897.
- (c) Financiamentos de capital de giro com vencimentos entre 2008 e 2012. Sobre essas operações incidem juros calculados entre 101.8% do CDI, CDI mais 2,3%, TJLP mais 3,3% e 3,45% e CDI mais 0,083% ao mês, a partir da contratação. Em 31 de dezembro de 2007, as garantias estão representadas por notas promissórias, no valor total de R\$32.174, e aval dos acionistas.

Autovias

- Não obter novos empréstimos de curto prazo, inclusive renovações cujo valor acumulado supere R\$3.000 reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, sem autorização expressa do BNDES e da Caixa Econômica Federal.
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte.
- Não distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio até a completa realização do projeto financiado.
- Manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30%, desconsiderando os efeitos negativos decorrentes da contabilização da outorga devida ao Poder Concedente.
- Manter o seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio com cobertura mínima equivalente a 90 dias de arrecadação e franquia aceitável pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal.

Dos acionistas

- Manter, até a completa realização do projeto financiado, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade, em valor correspondente a pelo menos 20% do total dos investimentos realizados no projeto financiado.

- Suprir, até a completa realização do projeto financiado, mediante aumentos de capital, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social, e não alienar, caucionar, gravar nem onerar as respectivas ações, sem a prévia e expressa anuência do BNDES e da Caixa Econômica Federal.
- Votar, até a completa realização do projeto financiado, em Assembléia Geral de Acionistas, contrariamente à distribuição de dividendos.
- Manter caucionada em favor do BNDES e da Caixa Econômica Federal, durante a vigência deste contrato, a totalidade das ações ordinárias.

Centrovias

- (d) Vinculados à obtenção dos financiamentos obtidos do BNDES, a Centrovias e seus acionistas também assumiram, entre outros, os seguintes compromissos de caráter financeiro-econômico constantes no contrato:

Centrovias

- Não obter novos empréstimos de curto prazo, inclusive renovações cujo valor acumulado supere R\$3.000 reajustados pelo IGP-M, sem autorização expressa do BNDES.
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte.
- Não distribuir dividendos até a completa realização do projeto financiado.
- Manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30%, desconsiderando-se os efeitos negativos decorrentes da contabilização da outorga devida ao Poder Concedente.
- Converter em debêntures simples, caso exigido pelo BNDES, após a conclusão do projeto, parte ou a totalidade do saldo devedor do contrato.
- Manter seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio com cobertura mínima equivalente a 90 dias de arrecadação, e franquia aceitável pelo BNDES.
- Manter valor caucionado referente a três vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida.
- Apresentar fiança bancária, garantido o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida.

- As despesas com a operação e manutenção do lote 8 (Washington Luís entre Cordeirópolis e São Carlos e SP 225 entre Itirapina e Bauru), operado pela Centrovias, ficam limitadas a R\$2.062 mensais. Esse valor é reajustado por ocasião das alterações nas tarifas de pedágio, e em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 correspondia a R\$5.227 e R\$4.851 mensais, respectivamente.

Dos acionistas

- Manter, até a completa realização do projeto financiado, o capital social subscrito e integralizado da Centrovias, em valor correspondente a pelo menos 20% do total dos investimentos realizados no projeto financiado.
- Suprir, até a completa realização do projeto financiado, mediante aumentos de capital, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social, bem como não alienar, caucionar, gravar ou onerar as respectivas ações, sem a prévia e expressa anuência do BNDES.
- Votar, até a completa realização do projeto financiado, em Assembléia Geral de Acionistas, contrariamente à distribuição de dividendos.
- Manter caucionada em favor do BNDES, durante a vigência desse contrato, a totalidade das ações ordinárias.

Intervias

- (e) Vinculados à obtenção dos financiamentos obtidos do BNDES, a Intervias e seus acionistas também assumiram, entre outros, os seguintes compromissos de caráter financeiro-econômico constantes no contrato:

Intervias

- Não obter novos empréstimos de curto prazo, inclusive renovações cujo valor acumulado supere R\$3.000 reajustados pelo IGP-M, sem autorização expressa do BNDES.
- Depositar toda a receita de pedágio em uma única conta bancária, determinada no contrato. O BNDES poderá cobrar as parcelas diretamente nessa conta.
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte.
- Manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30%, desconsiderando-se os efeitos negativos decorrentes da contabilização da outorga devida ao Poder Concedente.
- Manter em uma conta reserva parte dos recursos arrecadados, dentro de limites fixados pelo contrato, que são de uma a três vezes o valor das prestações, incluindo principal e juros.

- As despesas com a operação e manutenção do lote 6 (Rodovia Anhangüera, trecho de Cordeirópolis a Santa Rita do Passa Quatro), operado pela Intervias, ficam limitadas a R\$2.700 mensais. Esse valor é reajustado por ocasião das alterações nas tarifas de pedágio, e em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 correspondiam a R\$5.218 e R\$4.997 mensais, respectivamente.

Dos acionistas

- Manter, até a completa realização do projeto financiado, o capital social subscrito e integralizado da Intervias, em valor correspondente a pelo menos 20% do total dos investimentos realizados no projeto financiado.
 - Suprir, até a completa realização do projeto financiado, mediante aumentos de capital, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
 - Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social, bem como não alienar, caucionar, gravar ou onerar as respectivas ações, sem a prévia e expressa anuência do BNDES.
 - Votar, até a completa realização do projeto financiado, em Assembléia Geral de Acionistas, contrariamente à distribuição de dividendos.
 - Manter caucionada em favor do BNDES, durante a vigência desse contrato, a totalidade das ações ordinárias.
- (f) Cédula de crédito bancário firmado pela Intervias com bancos privados em 27 de setembro de 2007 para financiamento de capital de giro, pagamento de juros sobre o capital próprio e dívidas subordinadas com sua controladora.

Vianorte

- (g) Os financiamentos estão garantidos por penhor dos bens adquiridos, reserva de meios de pagamentos (parcela do produto de cobrança de tarifas de pedágio) e aplicações financeiras vinculadas apresentadas no realizável a longo prazo.

Adicionalmente, as garantias prestadas aos financiamentos para ampliação e conservação especial de rodovias são:

Vianorte

- Não obter novos empréstimos de curto prazo, inclusive renovações cujo valor acumulado supere a R\$3.000, com data-base 10 de novembro de 2000, reajustados pelo IGP-M, sem autorização expressa do BNDES.
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte.
- Não distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio durante o período de carência do financiamento até a completa realização do projeto financiado.

- Manter um “índice de cobertura do serviço da dívida” no mínimo de 1,20, o qual é calculado pela divisão do lucro apurado antes das despesas financeiras, das despesas com imposto de renda e contribuição social e das despesas com amortização e depreciação, pelo somatório das amortizações de juros e parcelas de financiamentos no exercício.
- Manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30% desconsiderando-se os efeitos negativos decorrentes da contabilização da outorga devida ao Poder Concedente e considerando no passivo total as obrigações relativas aos arrendamentos mercantis.
- Manter seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio com cobertura mínima equivalente a 90 dias de arrecadação e franquias aceitáveis pelo BNDES.

Dos acionistas

- Manter, até a completa realização do projeto financiado, o capital social subscrito e integralizado da Vianorte, em valor correspondente a pelo menos 20% do total dos investimentos realizados no projeto financiado.
- Suprir, até a completa realização do projeto financiado, mediante aumentos de capital, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social, bem como não alienar, caucionar, gravar ou onerar as respectivas ações sem a prévia e expressa anuência do BNDES.
- Votar, até a completa realização do projeto financiado, em Assembleia Geral de Acionistas, contrariamente à distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio até a completa realização do projeto financiado.
- Manter caucionada em favor do BNDES, durante a vigência desse contrato, a totalidade das ações ordinárias.

Latina

- (h) Financiamento para aquisição de máquina autopropelida e equipamento de demarcação.

SPR

- (i) Financiamentos de capital de giro para liquidação da primeira emissão de notas promissórias comerciais para oferta pública, conforme dispositivos da Instrução CVM nº 429, de 22 de março de 2006, no montante de R\$180.000.

As notas promissórias tiveram remuneração de 102,75% do CDI a partir da data de emissão, 4 de abril de 2007. O pagamento ocorreu em 29 de setembro de 2007 por R\$190.383.

Em 31 de dezembro de 2007, as parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentavam os seguintes vencimentos:

	<u>Consolidado</u>
2009	92.811
2010	259.491
2011	22.788
2012	12.936
2013	<u>6.305</u>
Total	<u>394.331</u>

A Administração entende que a Sociedade e suas controladas cumpriram as cláusulas restritivas contidas nos contratos de financiamento.

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, estavam representadas por:

	<u>2007</u>		<u>2006</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Imposto de renda	-	7.204	-	6.460
Contribuição social	111	2.892	-	2.535
IRRF	73	1.450	45	2.206
PIS	71	466	-	279
COFINS	329	2.147	-	1.296
Outros tributos federais	33	504	3	824
Outros tributos municipais	<u>-</u>	<u>3.202</u>	<u>-</u>	<u>2.986</u>
Total	<u>617</u>	<u>17.865</u>	<u>48</u>	<u>16.586</u>

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, as transações com partes relacionadas estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

	2007		2006	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contas a receber - circulante:				
OHL Concesiones S.L.	87	87	87	87
Autovias	1.850	-	4.370	-
Centrovias	7	-	-	-
Intervias	11	-	-	-
Vianorte	7	-	-	-
Total	<u>1.962</u>	<u>87</u>	<u>4.457</u>	<u>87</u>
Dividendos a receber:				
Autovias	6.433	-	9.416	-
Intervias	8.676	-	29.958	-
Total	<u>15.109</u>	<u>-</u>	<u>39.374</u>	<u>-</u>
Contas a receber - não circulante:				
Autovias - mútuo (a)	-	-	23.706	-
Intervias - mútuo (b)	-	-	10.638	-
Centrovias - mútuo (c)	22.135	-	-	-
Total	<u>22.135</u>	<u>-</u>	<u>34.344</u>	<u>-</u>
Contas a pagar - circulante:				
OHL Concesiones S.L.	101	101	68	68
Hur S.A.	258	258	312	312
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha)	465	465	500	500
Total	<u>824</u>	<u>824</u>	<u>880</u>	<u>880</u>
Contas a pagar - não circulante-				
OHL Participações (d)	-	-	3.453	-

(a) Contratos de mútuo com taxa de juros de 100% do CDI com vencimento a partir de janeiro de 2009.

(b) Contratos de mútuo com taxa de juros de 100% do CDI cujo vencimento ocorreu em setembro de 2007.

(c) Contratos de mútuo com taxa de juros de 100% do CDI com vencimento a partir de junho de 2010.

(d) Contratos de mútuo com taxa de juros de 100% do CDI com vencimento a partir de março de 2007.

	Receitas financeiras, líquidas	
	Controladora	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Autovias	2.088	3.143
Intervias	290	2.429
Latina	-	230
Centrovias	768	-
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha)	72	87
Hur S.A.	<u>60</u>	<u>77</u>
Total	<u>3.278</u>	<u>5.966</u>

18. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se ao saldo do ônus das concessões obtidas pela Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, o qual é composto pelos valores devidos ao DER/SP pela outorga da concessão.

Valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira em setembro de 1998 pela Autovias, junho de 1998 pela Centrovias, fevereiro de 2000 pela Intervias e março de 1998 pela Vianorte. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>		<u>Direito de outorga</u>		<u>Valor presente (*)</u>	
		<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Autovias	Direito de outorga	5.114	4.820	4.979	4.694
	Parcela variável (a)	458	371	-	-
Centrovias	Direito de outorga	7.652	7.199	7.447	7.024
	Parcela variável (a)	422	392	-	-
Intervias	Direito de outorga	4.762	4.488	4.636	4.371
	Parcela variável (b)	570	536	-	-
Vianorte	Direito de outorga	31.044	29.260	30.226	28.494
	Parcela variável (a)	<u>415</u>	<u>382</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>50.437</u>	<u>47.448</u>	<u>47.288</u>	<u>44.583</u>

(*) Para o cálculo do ajuste a valor presente foi considerada uma taxa de juros de 5% ao ano.

- (a) Valor variável, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.
- (b) Valor variável, correspondente a 3% da receita de pedágio e 25% das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

<u>Não circulante</u>		Provisão		Valor presente (*)	
		<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Autovias	Direito de outorga	50.988	52.214	38.637	38.690
Centrovias	Direito de outorga	74.316	76.300	56.631	56.857
Intervias	Direito de outorga	54.432	55.077	39.961	39.551
Vianorte	Direito de outorga	<u>293.491</u>	<u>302.118</u>	<u>224.915</u>	<u>226.378</u>
Total		<u>473.227</u>	<u>485.709</u>	<u>360.144</u>	<u>361.476</u>

(*) Para o cálculo do ajuste a valor presente foi considerada uma taxa de juros de 5% ao ano.

A quantidade de parcelas a serem pagas em 31 de dezembro de 2007 estava assim representada:

	Parcelas		Total a pagar
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
Autovias	12	116	128
Centrovias	12	113	125
Intervias	12	133	145
Vianorte	12	110	122

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, o valor pago ao Poder Concedente pelas concessionárias estava assim representado:

	Outorga		Valor pago
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	
Autovias	4.849	4.846	9.695
Centrovias	7.256	4.578	11.834
Intervias	4.515	6.674	11.189
Vianorte	<u>29.437</u>	<u>4.654</u>	<u>34.091</u>
Total	<u>46.057</u>	<u>20.752</u>	<u>66.809</u>

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2007 é representado por 68.888.888 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Participes em Brasil S.L.	35.861.593	52,06
Obrascon Huarte Lain S.A.	5.471.733	7,94
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Outros	<u>24.111.117</u>	<u>35,00</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora)

Foi constituída a reserva legal de R\$3.744, equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

O cálculo dos dividendos estatutários, correspondentes aos exercícios de 2007 e de 2006, é demonstrado a seguir:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro líquido do exercício	74.878	99.419
Reserva legal de 5%	<u>(3.744)</u>	<u>(4.971)</u>
Base de cálculo	71.134	94.448
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Total	<u>17.785</u>	<u>23.612</u>

As controladas Autovias e Intervias concluíram em 2005 os projetos que estavam sujeitos às cláusulas de restrição para distribuição de dividendos impostas pelas instituições financeiras que disponibilizaram os recursos. Dessa forma, a partir do exercício de 2006, as referidas controladas não apresentam restrições para distribuição de dividendos. Assim sendo, a Administração da Sociedade decidiu efetuar a distribuição dos dividendos mínimos legais de 25% sobre os lucros do exercício de 2007, no montante de R\$17.785. O pagamento dos referidos dividendos depende da aprovação em Assembléia Geral Ordinária.

Em 31 de dezembro de 2006, a Sociedade decidiu distribuir dividendos mínimos legais de 25% sobre os lucros dos exercícios de 2006 e de 2005, no montante de R\$41.848.

20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados e consultores legais, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam ocorrer relativas às referidas ações judiciais e estima que a decisão final não afetará significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira consolidada e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo de provisões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 é conforme segue:

	<u>2006</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>2007</u>
Cíveis	2.313	1.635	(299)	(339)	(2)	3.308
Trabalhistas	2.299	388	(447)	(29)	(4)	2.207
Fiscais	<u>-</u>	<u>657</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>657</u>
	4.612	2.680	(746)	(368)	(6)	6.172
Depósito judicial	<u>(766)</u>	<u>(124)</u>	<u>(3)</u>	<u>6</u>	<u>710</u>	<u>(177)</u>
Total	<u>3.846</u>	<u>2.556</u>	<u>(749)</u>	<u>(362)</u>	<u>704</u>	<u>5.995</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, a Sociedade e suas controladas não possuíam nenhum empréstimo ou financiamento em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, através de suas controladas, está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da TJLP, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são na sua maioria vinculadas à variação do CDI e da taxa Selic.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade e suas controladas mantêm contas correntes bancárias, aplicações financeiras e conta de reserva com instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, a Sociedade, através de suas controladas, possuía valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$27.881 e R\$25.401, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio - “Sem Parar”, registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por um banco primário para garantir a arrecadação do contas a receber mencionado anteriormente.

d) Valor de mercado de instrumentos financeiros - consolidado

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 estão demonstrados a seguir:

	2007		2006	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>
Caixa e bancos	13.839	13.839	11.729	11.729
Aplicações financeiras	50.600	50.600	127.545	127.545
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) incluindo a provisão de juros	510.512	510.512	589.779	589.779
Credores pela concessão (circulante e não circulante)	523.664	407.432	533.157	406.059

Os valores de mercado informados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 não refletem mudanças subseqüentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e bancos, aplicações financeiras e conta reserva - os valores contábeis informados nos balanços patrimoniais aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos - os valores contábeis informados nos balanços patrimoniais aproximam-se do valor de mercado.
- Credores pela concessão - os valores são calculados pelo fluxo de caixa a valor presente, descontado a uma taxa de juros de 5%, que se aproxima das transações de mercado de longo prazo atualizadas pelo IGP-M.

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, não havia transações com derivativos.

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação entre a taxa efetiva e a taxa estatutária nas demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 é como segue:

a) Correntes

	Controladora		Consolidado	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	75.292	100.578	122.615	125.825
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(25.599)	(34.197)	(41.689)	(42.781)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	32.126	32.792	-	-
Amortização do ágio	-	-	(1.760)	-
Juros sobre o capital próprio	(3.397)	-	-	-
Outros	80	391	1.548	(4.558)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias	<u>(3.624)</u>	<u>(145)</u>	<u>(2.262)</u>	<u>3.982</u>
Despesa contabilizada	<u>(414)</u>	<u>(1.159)</u>	<u>(44.163)</u>	<u>(43.357)</u>

b) Diferidos

	Consolidado	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Constituição (realização) de impostos diferidos sobre ágios amortizados incorporados por controladas	(4.782)	16.951
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	<u>1.208</u>	<u>-</u>
Despesa contabilizada	<u>(3.574)</u>	<u>16.951</u>

23. OPERAÇÕES DE “SALE LEASEBACK”

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 a Intervias, através de operações de “sale leaseback”, firmou contrato de arrendamento mercantil de Sistemas de Monitoramento de Estradas com o Banco Itaú S.A. Esses sistemas foram vendidos a valores de mercado, não havendo lucro decorrente dessa transação.

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, a posição relativa ao contrato de arrendamento por “sale leaseback” está representada conforme a seguir:

	<u>2007</u>		<u>2006</u>
	<u>Valor do contrato</u>	<u>Saldo devedor</u>	<u>Saldo devedor</u>
Contrato nº 566.950	<u>9.300</u>	<u>6.829</u>	<u>8.548</u>

O prazo é de 60 meses, com prestações mensais, a partir de 8 de julho de 2005 até 8 de junho de 2010. Sobre o contrato incidem encargos com base no CDI - Over-Cetip.

24. EVENTOS SUBSEQÜENTES

- Em 29 de janeiro de 2008, as controladas Autovias e Intervias distribuíram, respectivamente, R\$4.838 e R\$23.500 de dividendos à Sociedade. Esses recursos foram utilizados para integralizar o capital social nas controladas Planalto Sul e Fluminense.
- A Sociedade celebrou contratos de empréstimos em 6 de fevereiro de 2008 com os bancos Espírito Santo S.A. e Deutsche Bank S.A., mediante a emissão de Cédula de Crédito Bancário - CCB, no valor total de R\$120.000, com a finalidade de integralizar o capital social nas controladas Fernão Dias, Litoral Sul e Régis Bittencourt.
- A Sociedade e o Governo Federal assinaram, em 14 de fevereiro de 2008, Contratos de Concessão por 25 anos para a gestão e operacionalização de 2.078,80 km de cinco rodovias federais do país, conforme descrito a seguir:

<u>Lote</u>	<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão</u>
2	BR-116/PR/SC	Curitiba - Divisa SC/RS	412,70 km
4	BR-101/RJ	Divisa Rio de Janeiro/Espírito Santo - Ponte Presidente Costa e Silva	320,10 km
5	BR-381/MG/SP	Belo Horizonte - São Paulo	562,10 km
6	BR-116/SP/PR	São Paulo - Curitiba	401,60 km
7	BR-116/376/PR e 101/SC	Curitiba - Florianópolis	382,30 km

25. ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA, COM VIGÊNCIA A PARTIR DE JANEIRO DE 2008

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Em razão de essas alterações terem sido recentemente promulgadas e algumas ainda dependerem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Sociedade ainda não avaliou todos os efeitos que referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR)
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		74,878	99,419	74,878	99,419
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		410	295	200,501	124,267
Amortização de ágio em investimentos		-	(426)	9,418	10,928
Baixa de investimentos		20	-	-	-
Baixa de ativos imobilizados		-	-	4,075	2,597
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	3,573	(16,951)
Despesas (receitas) de juros, líquidas		7,779	(4,583)	99,843	44,992
Reversão de receita diferida		-	-	18	(4)
Equivalência patrimonial	10.a	(94,491)	(96,446)	-	-
Constituição de provisões para contingências		-	-	2,149	-
Recebimento de juros sobre o capital próprio		11,025	-	-	-
Recebimento de dividendos		186,912	-	-	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber		1,083	(1,227)	(4,167)	1,262
Créditos diversos		-	11	-	(3,187)
Estoques		1	-	(265)	(248)
Despesas antecipadas		(55)	1	(132)	298
Impostos a recuperar		(1,010)	(1,201)	(4,280)	(131)
Adiantamento para novos projetos		(3,899)	-	(3,899)	-
Outros		128	(307)	273	2,800
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		(291)	1,155	14,166	(17,402)
Obrigações sociais		1,168	234	2,468	706
Obrigações fiscais		561	(954)	1,279	(4,836)
Outros		39	(29)	1,613	(2,573)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		<u>184,258</u>	<u>(4,058)</u>	<u>401,511</u>	<u>241,937</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Acréscimos nos depósitos vinculados		-	-	(1,477)	(2,371)
Valor resgatado dos depósitos vinculados		-	-	8,350	7,707
Aquisição de empresa, líquida de caixa adquirido		-	-	-	(207,807)
Pagamentos do ativo imobilizado		(94)	(959)	(250,405)	(188,239)
Adições ao diferido		-	-	-	(149)
Acréscimos nos investimentos	10.a e c	(136,005)	(106,420)	-	-
Recebimento de mútuos de empresas ligadas		36,325	20,350	-	-
Empréstimos de mútuos para empresas ligadas		(21,500)	-	-	(97)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(121,274)</u>	<u>(87,029)</u>	<u>(243,532)</u>	<u>(390,956)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e financiamentos:					
Captações		180,000	-	394,719	247,581
Pagamentos		(190,383)	-	(539,844)	(82,356)
Pagamento de credores pela concessão		-	-	(45,874)	(16,289)
Pagamentos de dividendos		(41,815)	-	(41,815)	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(52,198)</u>	<u>-</u>	<u>(232,814)</u>	<u>148,936</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE DISPONIBILIDADES, LÍQUIDO		<u>10,786</u>	<u>(91,087)</u>	<u>(74,835)</u>	<u>(83)</u>
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		<u>9,018</u>	<u>100,105</u>	<u>139,274</u>	<u>139,357</u>
DISPONIBILIDADES NO FIM DO EXERCÍCIO		<u><u>19,804</u></u>	<u><u>9,018</u></u>	<u><u>64,439</u></u>	<u><u>139,274</u></u>
DIVULGAÇÃO COMPLEMENTAR DE INFORMAÇÕES SOBRE OS FLUXOS DE CAIXA					
Caixa pago no período:					
Juros pagos		10,506	123	62,733	27,789
Impostos sobre a renda		297	2,767	48,048	48,621
Aquisição de empresa:					
Ativo adquirido, inclusive ágio:		-	-	-	(351,277)
Passivo assumido		-	-	-	141,602
Preço de compra		-	-	-	(209,675)
Caixa adquirido		-	-	-	1,868
Preço de compra pago, líquido de caixa adquirido		-	-	-	(207,807)

* * * * *